

A CONSTRUÇÃO DO PCI NO MEZZOGIORNO CONTINENTAL (1944-1947): DEMOCRACIA PROGRESSIVA, MOBILIZAÇÃO DAS MASSAS E REORGANIZAÇÃO INTERNA

The Construction of the PCI in Continental Mezzogiorno (1944-1947): Progressive Democracy, Mobilization of the Masses and Internal Reorganization

Luca Bussotti

Universidade Federal do Espírito Santo. Brasil
labronicus@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-1720-3571>

Fecha de recepción: 16/02/2025

Fecha de aceptación: 26/01/2026

Acceso anticipado: 11/05/2026

Resumo: Este estudo procura reconstruir os primeiros três anos de vida do PCI (Partido Comunista Italiano) na Itália do Sul (*Mezzogiorno*) depois do fim do fascismo, desde o retorno do seu líder, Palmiro Togliatti, em 1944, até a saída dos comunistas do governo nacional em maio de 1947. O foco desta pesquisa assenta nas várias funções que o PCI teve de desempenhar no *Mezzogiorno*, mediando entre a sua linha política nacional, as instâncias da sociedade meridional e a organização do partido nesta parte do país. A pesquisa baseou-se em documentos do arquivo do PCI, conservados na Fundação Instituto Gramsci de Roma, que permitiram reconstruir as complexas dinâmicas, as batalhas e as incompreensões dos comunistas italianos para com a sociedade meridional, no seio da linha conhecida como «democracia progressiva», tendo Giorgio Amendola como figura-chave. Os documentos consultados permitiram concluir que a linha política que resultou da «Viragem de Salerno» e que esgotou-se com a saída dos comunistas do executivo nacional levou à prossecução desta estratégia «larga» no *Mezzogiorno*, com a sua imposição através da acentuação de medidas disciplinares e da resolução das dissidências internas de tipo maximalista.

Palavras-chave: federações meridionais; comissão meridional; funções do partido; dissidência interna; partido novo.

Abstract: This study seeks to reconstruct the first three years of the PCI's (Italian Communist Party) life in Southern Italy (*Mezzogiorno*) after the end of fascism, from the return of its leader, Palmiro Togliatti, in 1944, to the departure of the Communists from the national government in May 1947. The research focuses on the various functions that the PCI had to play in the *Mezzogiorno*, mediating between its national political line, the instances of southern society and the organization of the party in this part of the country. The research was based on documents from the PCI archives, kept at the Gramsci Institute Foundation in Rome, which permitted to reconstruct the complex dynamics, battles and misunderstandings of the Italian communists towards southern society, within the line known as «progressive democracy», with Giorgio Amendola as a key figure. The documents consulted led to the conclusion that the political line that resulted from the «Salerno Turn» and which was exhausted with the departure of the Communists from the national executive led to the continuation of this «broad» strategy in the *Mezzogiorno*, with its imposition through the accentuation of disciplinary measures and the resolution of internal dissent of a maximalist type.

Keywords: southern federations; southern commission; functions of the party; internal dissent; new party.

Sumario: 1. Introdução; 2. A construção do partido novo no mezzogiorno: as instâncias da sociedade local e as respostas do PCI (1944-45); 3. Para uma reorganização sistemática do partido: o v congresso e seus impactos no Mezzogiorno; 4. As eleições de 1946: o desastre do sul e as ambiguidades na reorganização partidária; 5. A difícil transição: entre o Mezzogiorno na oposição e a frente democrática meridionalista; 6. Conclusões; 7. Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os primeiros passos de uma história, a do Partido Comunista Italiano (PCI) no *Mezzogiorno*, caracterizada por dificuldades consideráveis, determinadas por um relacionamento complexo entre esta formação política e a sociedade local. O PCI foi o primeiro partido comunista, em termos de consensos, do Ocidente durante a guerra fria, chegando a conquistar cerca de 1/3 do eleitorado com a secretaria de Enrico Berlinguer, que começou em 1972 e termina com a sua morte, em 1984.

O calcanhar de Aquiles do PCI sempre foi o Sul do país, juntamente com algumas áreas «brancas» em que o partido resultou historicamente fraco: o Veneto, a província toscana de Lucca, algumas partes da Lombardia e do Trentino Alto-Adige (Colarizi, 2006).

No *Mezzogiorno* o PCI registou algumas vitórias significativas em grandes centros urbanos, sobretudo na década de 1970 (Nápoles, Bari, Taranto) (D'Agostino,

2020). Entretanto, seu desempenho resultou problemático, e seu enraizamento junto à sociedade meridional superficial e pouco organizado (Tarrow, 1967; Rossi-Doria, 1976; De Felice, 1977; Lupo, 1981; Barbagallo, 1985; Barbagallo, 2020; Coscarella, Palma, 2022).

A pesquisa que aqui se apresenta parte de dois pressupostos: um que diz respeito à periodização que aqui vai ser usada; e outro que toca a linha política do partido nesta parte do país.

Os marcos históricos do *Mezzogiorno* no pós-fascismo diferem da periodização geralmente aceite a nível nacional. As duas datas marcantes, o dia 25 de abril de 1945, dia da libertação oficial da Itália do regime nazi-fascista, e o dia 2 de junho de 1946, dia da vitória da república no referendo institucional, no caso do *Mezzogiorno* não significaram muito. Alguns historiadores italianos (Masella, 2002) chegaram a afirmar que o 25 de abril teve um impacto limitado, no *Mezzogiorno*, aos ambientes políticos e intelectuais do antifascismo militante, portanto a uma elite restrita (Imbriani, 1996). Quanto ao referendo de 1946, o Sul votou compactamente em favor da monarquia, salvo algumas poucas áreas localizadas essencialmente na Apúlia e em alguns centros urbanos de média dimensão (Oliva, 2016; Romeo, 2016).

Pelo contrário, as duas datas de referência, para a história do *Mezzogiorno*, e ainda mais da política comunista, foi o abril de 1944 e a saída do PCI do governo nacional, em maio de 1947. No primeiro caso, a chegada de Palmiro Togliatti, secretário do PCI de volta do seu exílio na União Soviética, representou o início da reconstrução do «partido novo» —com a «viragem de Salerno»¹—, impulsionando também toda a política nacional, cuja base foi a aposta na «democracia progressiva». No segundo, o afastamento do PCI do executivo nacional pela mão do primeiro

¹ A «viragem de Salerno» (em italiano: «svolta di Salerno») foi uma opção política do Partido Comunista Italiano para enfrentar a situação nova que se tinha criado na Itália depois do 25 de julho de 1943 (queda de Mussolini como primeiro-ministro) e a assinatura do armistício com os aliados (8 de setembro de 1943) por parte do novo executivo liderado pelo marechal Pietro Badoglio. No país, formaram-se dois governos: um, no centro-norte da península, chamado República Social Italiana, ou República de Salò, liderado por Mussolini, mas controlado pelos nazistas de Hitler; e o outro, no sul, em que o rei, Vittorio Emanuele III, indigitou Badoglio como primeiro-ministro. O Partido Comunista, assim como todas as outras forças democráticas reunidas, desde o dia 9 de setembro de 1943, no CLN (Comité Nacional de Libertação), devia decidir se apoiar o governo-Badoglio —e, portanto, indiretamente a coroa, tradicionalmente considerada como uma das inimigas da classe operária italiana— ou ficar na oposição. Apesar das grandes resistências internas, Togliatti, de volta da União Soviética, pronunciou um histórico discurso, no Conselho Nacional do PCI em Salerno, nos dias 30 e 31 de março de 1944, em que resolveu «congelar» a oposição à coroa, empurrando o seu partido para a formação de um governo de unidade nacional, inspirado aos princípios e à prática do CLN. Assim, o próprio Togliatti entrou no executivo «Badoglio 2», conseguindo também que o rei, Vittorio Emanuele III, transferisse (junho de 1944) os poderes ao filho, Umberto II, nomeado «Luogotenente» (regente), uma vez que este era menos comprometido com o recente passado de apoio ao fascismo com relação ao pai.

ministro da DC, Alcide De Gasperi, representou a crise da linha «democrática» de Togliatti, e a passagem do *Mezzogiorno* à oposição, segundo uma famosa expressão que Giorgio Amendola utilizou numa reunião da Direção Nacional do partido (Direzione Nazionale, 1947).

Em termos de estratégia política, a linha «democrática e progressiva» não representava, de acordo com Togliatti, uma escolha tática: pelo contrário, ela era uma opção de fundo, embasada na convicção de que a aliança entre URSS e potências ocidentais que tinha levado à vitória contra os nazi-fascistas ao longo da segunda guerra mundial constituísse o horizonte internacional em que colocar a ação do PCI a nível nacional. É quanto defende, entre os outros, Santomassimo, que realça como Togliatti, com a exclusão dos comunistas do governo unitário em 1947 teve de fazer face a uma situação imprevista e, do lado dele, indesejável, reformulando radicalmente os princípios da democracia «progressiva», mas procurando manter algumas das conquistas conseguidas até então (Santomassimo, 2013).

Do lado do *Mezzogiorno*, o afastamento dos comunistas do governo significou uma necessária mudança da linha política que, até então, tinha oscilado entre radicalismo agrário em seguida à aprovação dos Decretos-Gullo de 1944, frentes democráticas amplas —principalmente nos grandes centros urbanos— e cedências às pressões justicialistas e clientelistas de boa parte da população.

A pesquisa foi desenvolvida mediante as ferramentas típicas da história política, com ênfase nos partidos políticos. A bibliografia sobre o PCI no *Mezzogiorno* no período aqui considerado é ainda modesta; entretanto, a pesquisa bibliográfica foi enriquecida com um interessante material documental, que foi encontrado em três fontes principais: nos documentos de reuniões dos organismos centrais do PCI, tais como congressos, nacionais e locais, conferências de organização, direções e comités centrais; nas intervenções públicas, em jornais e revistas, de expoentes de ponta do PCI sobre as questões relativas ao Sul; e finalmente nos documentos encontrados no Arquivo do PCI (APC), hoje conservados nos locais da Fundação Instituto Gramsci de Roma (AIG), que permitiram dar uma perspectiva inovadora ao trabalho.

A abordagem que se quis dar à análise da reconstrução do PCI no *Mezzogiorno* enfatiza essencialmente a componente organizacional do partido, diante das múltiplas funções que este teve de desempenhar em resposta às solicitações provenientes da sociedade meridional. O período privilegiado foi o triénio entre 1944 a 1947, considerado decisivo para a vida do PCI. Da pesquisa foram retirados os casos da Sicília e da Sardenha que, enquanto ilhas, mereceriam um tratamento específico.

O conceito de «funções» através do qual se procurou interpretar a atuação do PCI no *Mezzogiorno* entre 1944 e 1947 foi mutuado da sociologia política. Em particular, Duverger (1980) sublinha como os partidos de inspiração socialista e comunista no imediato pós-guerra tenham fornecido respostas diferenciadas a solicitações também diversificadas por parte da sociedade. Acima de tudo, eles se configuraram como partidos «de massa», ultrapassando a conceção dos partidos elitistas de

inspiração liberal que tinham antecedido as experiências totalitárias, sobretudo na Itália e na Alemanha. Em segundo lugar, tais partidos tinham, como seu objetivo principal, a participação ao poder —como força de governo, mas também de oposição—; porém eles iam além disso, ou seja, da função meramente política, pois forneciam uma base ideológica e ética sólida aos seus inscritos —função de «religião secular»—, garantindo a possibilidade de resgate e inserção social —função emancipatória ou de integração social—.

O PCI no *Mezzogiorno* oscilou entre estas funções, segundo os períodos e as solicitações da sociedade meridional. Alguns estudiosos disseram que o «partido novo» no *Mezzogiorno*, «tendo como objetivo uma sociedade camponesa desorganizada [...] criou uma ideologia tão tolerante que é quase uma anti-ideologia» (Tarrow, 1967, p. 227). O resultado de uma tal política teria sido o «clientelismo organizacional», que devia-se confrontar com partidos políticos moderados e concorrentes —a Democracia Cristã, em primeiro lugar—, mas também organizações da sociedade civil —Igreja católica com as suas associações assistencialistas— que acabaram criando verdadeiros «catch-all parties» (Kirchheimer, 1969), completamente interclassistas, que o PCI nunca conseguiu, nem quis, constituir. Tais categorizações dão uma ideia do contínuo processo transformacional e adaptativo de um partido como o PCI que, pelo contrário, passou à história pela sua rigidez, sentido da disciplina e clareza ideológica, mas que no *Mezzogiorno* teve de se adequar a um terreno de luta política desfavorável.

Em termos de estrutura, o artigo procura seguir as mudanças funcionais do PCI no *Mezzogiorno* ao longo do período aqui considerado. Assim, ele se debruça inicialmente sobre o biénio 1944-1945, quando são definidas as respostas às variadas solicitações provenientes da sociedade meridional. No ponto a seguir se mostra como —a partir das eleições de 1946— tais funções tiveram de sofrer adaptações, até a saída dos comunistas do governo, em maio de 1947, em que se abriu uma fase nova na construção do partido no *Mezzogiorno*, com o abandono de certas funções típicas de um partido de governo, ampliando outras mais direcionadas à consolidação ideológica e ética dos seus quadros, mas sem abandonar a política de frente larga pensada para desenvolver a desfascistização do sul.

2. A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO NOVO NO MEZZOGIORNO: AS INSTÂNCIAS DA SOCIEDADE LOCAL E AS RESPOSTAS DO PCI (1944-45)

Desde a sua fundação, o PCI abordou a «questão meridional» segundo uma linha «agrarista», de que Ruggero Grieco, que substituiu Togliatti na liderança do partido de 1934 a 1938 e que depois assumiu o papel de chefe da Comissão Agrária, se tornou o intérprete principal: o maior obstáculo, no sul, era a falta de uma classe burguesa alternativa à classe semifeudal dos latifundiários; era esta característica

que tinha causado a ausência do proletariado, a classe mais progressista do capitalismo, mesmo de tipo agrário. A luta devia, portanto, ser travada em duas perspectivas: no norte, contra o capital monopolístico da grande indústria, sobretudo privada, e no sul, contra os «resíduos feudais» (Bevilacqua, 1980; Lussana, 1994).

Entretanto, no sul, a sociedade que os comunistas encontraram era mais complexa daquela que Gramsci tinha conhecido ao longo da década de 1920. Seu principal escrito sobre o *Mezzogiorno* tinha sido redigido em 1926, publicado em 1930, com o autor já hóspede das prisões fascistas, definindo o *Mezzogiorno* de «grande desagregação social». Aqui, os camponeses não tinham, segundo Gramsci, nenhuma coesão entre eles, vivendo num constante fermento que nunca conseguiu se transformar em ação política sistemática e coletiva (Gramsci, 1930). Volvidos cerca de vinte anos, o *Mezzogiorno* tinha sofrido alguma alteração em seu tecido social. Como foi realçado, em meados da década de 1940 conviviam, neste vasto território, desejo de resgate social e antigas classes dirigentes conservadoras. Estas últimas tinham passado pelo fascismo e se apresentaram ao compromisso com a nova Itália como as únicas forças intelectuais capazes de contribuir para a reconstrução institucional desta parte do país (Maione, 1986). A resistência contra o nazi-fascismo foi quase que ausente no *Mezzogiorno*; por isso, nesta região os elementos de continuidade com o regime de Mussolini caracterizaram o próprio Partido Comunista, no imediato pós-guerra. Um relatório da Federação Provincial de Cosenza —na região da Calábria— sublinhava que as seções —as novas unidades de base do PCI em toda a Itália— nasceram de forma semelhante às organizações do passado fascista, e com os mesmos indivíduos (Federazione di Cosenza, 1946).

Em suma, o PCI no *Mezzogiorno* estava diante de uma complexidade a que procurou responder, nos três anos aqui considerados, desempenhando funções diferenciadas, num precário equilíbrio entre o «partido novo» e as instâncias diversificadas provenientes dos vários grupos da sociedade meridional.

A ambiguidade desta linha manifestou-se desde o biénio inicial do período aqui considerado, 1944-45. Com a guerra ainda em curso no norte do país até a data simbólica de 25 de abril de 1945, e com o PCI a integrar o executivo, as expectativas das populações meridionais eram enormes. Na primeira fase do biénio o «partido novo» se propôs desempenhando uma importante função política, sobretudo no que diz respeito à questão agrária, que prevaleceu na função ideológica, de doutrinação de quadros e inscritos.

Com efeito, a aprovação de vários decretos favoráveis aos camponeses meridionais tornou-se decisiva para que o PCI conseguisse atrair as simpatias desta vasta classe social. Fausto Gullo —advogado comunista de Catanzaro, ministro da agricultura entre abril de 1944 até julho de 1946— deixou entrever uma vontade real de satisfazer as exigências de justiça das massas rurais deserdadas do Sul (Rossi-Doria, 1983; Barresi, 1983). Com os decretos que levaram o seu nome foram distribuídos cerca de 7000 hectares aos camponeses, estimulando assim manifesta-

ções que, sobretudo na Calábria, deram origem a movimentos que culminaram em confrontos com a polícia, em 1944 em Reggio Calabria, e em 1945 em Caulonia e Roccaforte del Greco (Ambrogio, 2021), ao passo que na Sicília o movimento continuou até ao início da década de 1950 (Montalbano, 2012).

A mobilização que seguiu os decretos-Gullo foi em parte contradita pela linha política do partido no *Mezzogiorno*, iniciando assim uma longa história de ambiguidades e desencontros. Os dirigentes máximos do partido entendiam fazer com que o PCI no sul desenvolvesse uma função política, mas em parte diferente da que tinha sido levada a cabo a partir das lutas pela aplicação dos decretos-Gullo. Esta última podia ser definida como função político-programática, a que Togliatti e Grieco, juntamente com Amendola e Alicata, procuraram responder implementando uma função político-tática, finalizada a formar alianças vastas da frente democrática, mais do que a solucionar problemas concretos. O que preocupava era o «movimentismo» suscitado pelos decretos-Gullo, que colocava em risco aquela democracia «progressiva» que devia representar o pano de fundo de toda a política comunista a nível nacional.

Amendola, em particular, insistia que o objetivo era «desfascistizar» o *Mezzogiorno*, consciente de que o partido deveria, ao mesmo tempo, refrear e orientar as reivindicações das massas meridionais. Togliatti identificou claramente esta ambiguidade: segundo ele, no *Mezzogiorno* «hoje as massas populares esperam e procuram, com uma confiança que tem algo de messiânico, a direção de novos partidos e de novos homens» (Togliatti, 1944b). Era esta confiança messiânica que tinha de ser dirigida, guiada e controlada. Uma tarefa nada simples: por um lado, o «movimentismo» servia ao «partido novo» para recolher inscitos e votos; por outro, ele era considerado perigoso pois podia levar o partido a extremismos que estavam fora da estratégia geral do PCI de Togliatti.

O ponto de partida pode ser representado pelos dados quantitativos: em 1944, de um total de 401.960 membros do PCI, 170.274 pertenciam ao *Mezzogiorno* continental, com picos na Campânia —na zona de Nápoles-Caserta eram 50.902—, na Apúlia —com profundas diferenças de zona para zona— e na Calábria. Em 1945, registou-se um aumento generalizado do número de membros, em correspondência com a função desempenhada pelo PCI durante a guerra de libertação e, sobretudo, com o seu papel governativo e a aprovação dos decretos-Gullo. Os inscitos chegaram a 237.377, destinados a diminuir a partir de 1946, não tanto em termos absolutos —253.540—, quanto em relação ao número total dos membros do partido. A partir de 1947, quando o PCI saiu do governo, e a sua força de atração diminuiu repentinamente, o número de inscitos diminuiu drasticamente. No centro-norte, cerca de 10% da população adulta resultava inscrita ao PCI, ao passo que, no sul, esta média era muito mais baixa: cerca de 5-6% na Apúlia, 3-4% na Calábria. Aqui, logo depois do período considerado para esta pesquisa, em 1948-49, os inscitos reduziram pela metade, tão que «a fraqueza

do partido no sul era maior de quanto as cifras, mesmo eloquentes, deixassem transparecer» (Maione, 1986, p. 33).

Ao mesmo tempo que o partido exercia, no biénio 1944-1945, a sua função político-programática dirigida essencialmente às massas camponesas, deu-se início a um processo de clarificação ideológica e disciplinar. Não se podia permitir que o PCI no *Mezzogiorno* se reduzisse apenas à iniciativa de um seu ministro, embora muito prestigiado, como Fausto Gullo, deixando as massas camponesas —mas também aquelas urbanas— sem orientação ideológica. Assim, esta importante função começou a ser desenvolvida mediante o dito processo de «normalização», que teve início em 1944 e prolongou-se por todo o ano de 1945. Perante o PCI estava uma sociedade que lançava mensagens contraditórias, devido à sua complexidade e heterogeneidade. Por um lado, núcleos politicamente radicais exigiam ações claras e determinadas ao partido, como as derivantes dos decretos-Gullo; por outro, a maioria da população meridional estava à espera de uma ajuda de tipo assistencial e individual para resolver problemas contingentes, pessoais, que nada tinham a ver com a elaboração da linha política, mas que se cruzavam com ela, aliás, com a prática diária dos comunistas no *Mezzogiorno*, competindo com forças conservadoras muito poderosas (Allum, 1975), que conseguiram desenvolver aquilo que Weber chamou de função «clientelista», ou «de patronado» muito melhor do que o PCI (Weber, 1978).

Trabalho ideológico e iniciativas disciplinares —a função de religião secular acima recordada— procederam em paralelo, cruzando casos difusos de dissidência interna, todos eles de natureza «maximalista». Casos emblemáticos se verificaram em Nápoles, com a «cisão de Montesanto» (De Marco, 1971), Catanzaro, Foggia e Salerno.

Aqui é interessante relatar dois destes casos, o de Catanzaro e o de Salerno. Tais casos são significativos porque mostram, por um lado, uma dissidência interna com a mesma origem —o radicalismo maximalista—; por outro, respostas parcialmente diferentes por parte do PCI: inicialmente mais tolerantes em Catanzaro, onde o partido estava mal organizado e cuja existência dependia, em larga medida, dos que eram considerados de dissidentes. Mais rigorosos no caso de Salerno, onde havia uma base operária que podia garantir não apenas a existência, assim como a aderência à linha «democrática e progressiva» do «partido novo». Em ambos os casos, o fim será o envio de um comissário proveniente de Nápoles, em acordo com a Direção central de Roma, para impor a linha oficial do partido.

O caso de Catanzaro remonta a 1944, e foi bastante grave, uma vez que as atividades da federação ficaram bloqueadas durante cerca de um ano, até a chegada do comissário.

Como já foi escrito, «o Partido Comunista na queda do fascismo não existia na Calábria, como no resto do *Mezzogiorno*» (Ambrogio, 2021). Um primeiro núcleo que refundou o partido por volta de 1944 era constituído por antigos militantes

dos anos 20, aquando da sua constituição, e que eram fiéis à linha mais radical de Amedeo Bordiga (Borges Machado & Del Roio, 2023). Os decretos-Gullo foram lidos nesta perspectiva, ao passo que a estratégia «democrática e progressiva» do «partido novo» não granjeava muitas simpatias. Velio Spano, por ocasião do V Congresso do PCI, realizado em 1945-46, descreveu o clima partidário na Calábria da seguinte forma: «Na Calábria, os expoentes locais proferiam caoticamente palavras de ordem inspiradas na perspectiva de uma revolução socialista iminente», com especial referência para Reggio Calabria, onde os protestos tinham sido violentamente reprimidos pelas forças da ordem em 1944 (Spano, 1945).

O caso de Catanzaro, mostra, inicialmente, um PCI ainda pouco organizado no território, que procurou mediar o mais possível o conflito com a dissidência interna, evitando, numa primeira fase, a expulsão do líder da facção maximalista, Francesco Maruca.

Maruca era um marceneiro, do núcleo fundador do partido desde a cisão de Livorno de 1921. Fervoroso sequeiro de Bordiga, já em 1943 se propunha como principal animador do PCI de Catanzaro. Às suas ideias radicais e puramente classistas juntava-se uma profunda idiossincrasia em matéria de organização; possuía capacidades universalmente reconhecidas de orador cativante e, em comparação com os níveis médios da realidade em que se encontrava, uma boa preparação ideológica. O primeiro conflito no seio da federação de Catanzaro ocorreu no momento da «viragem de Salerno», quando Maruca contrariou a linha do partido, entrando em choque com Badolato, um expoente local favorável à linha de Togliatti (Federazione di Catanzaro, 1944a).

A correspondência entre a Direção do Sul e a Federação de Catanzaro —muito densa no decurso do caso Maruca— testemunha a dificuldade em desvendar o intrincado caso que tinha surgido: a descrição de Maruca é simultaneamente curiosa e sintomática, tanto pelo seu tom paroxístico como para a compreensão da qualidade dos quadros políticos comunistas no Sul de Itália neste período: «Maruca está realmente convencido de que é Zaratustra, que fala do alto da montanha [...] deu sinais evidentes de desequilíbrio, aconselhando, sugerindo, acreditando, etc., e desconcertando grosseiramente, a ponto de provocar o ressentimento do próprio Miceli, seu velho amigo e camarada» (Federazione di Catanzaro, 1944a). Numa primeira fase, a única iniciativa do Centro em relação à situação de Catanzaro foi o envio de um «inspetor» —Paolo Suraci, que mais tarde se tornaria secretário da federação de Cosenza— para fazer o ponto da situação. Também ele compreendeu a natureza da oposição de Maruca, mas defendeu «a integração de Maruca no executivo federal, mas sozinho, sem outros amigos, para que não pudesse fazer mal» (Federazione di Catanzaro, 1944b).

O caso-Maruca terminou com a expulsão do protagonista do partido. Maruca apresentará uma lista autónoma nas eleições de 2 de junho, a do Partido Comunista Internacional, liderado por Onorato Darnen, obtendo 1,74% dos votos, e

ultrapassando desta forma a séria crise interna, com a prevalência da função ideológica na de tipo político.

O caso-Maruca deixou graves rastros na federação de Catanzaro, inclusivamente na constituição de uma organização sindical capaz de satisfazer os anseios dos trabalhadores, sobretudo rurais (Federazione di Catanzaro, 1945). Nesta altura, era inevitável uma intervenção direta do partido para enveredar todos os esforços para resolver a situação: o instrutor escolhido foi Paolo Cinanni (Direzione del PCI, 1946).

Se o atraso da intervenção do Centro deixou todo o movimento de Catanzaro numa situação de extrema dificuldade, o mesmo não se pode dizer de Salerno, o outro caso emblemático desta primeira fase de reconstrução partidária no sul de Itália.

Salerno era uma cidade importante, para os comunistas. Vários estabelecimentos industriais foram abertos desde o século XIX naquela região, em primeiro lugar as Manifatture Cotoniere Meridionali, para cuja manutenção dos níveis ocupacionais quer o PCI quer a CGIL se empenharam desde os meados da década de 1950. Em Vietri sul Mare, cidade na província de Salerno, estava localizada a vidraria Ricciardi, com 400 operários, cuja presença deu origem à «Stalingrado campana», onde os comunistas dominavam, do ponto de vista eleitoral. Em consideração da relevância de uma das poucas províncias industrializadas do sul, o PCI não demorou a intervir. Pietro Amendola, irmão de Giorgio, foi enviado, já em 1944, como comissário da federação local. A partir de 1 de agosto do mesmo ano, Pietro Amendola se tornou secretário de uma situação complicada, pois Salerno era vista como «um verdadeiro espinho para o partido, uma vez que [...] estava a caminhar para um desvio» (Marzillo, 2011: 163), dentro de um contexto social aparentemente mais favorável ao de Catanzaro, devido a uma significativa presença operária.

Mais uma vez, o desvio era de cunho maximalista, precisando de uma clarificação ideológica: um grupo bastante numeroso de comunistas, liderado pelo advogado Ceriello e por Danilo Mannucci, um ex-presidiário de Livorno que estava a reorganizar a atividade sindical na zona de Salerno, decidiu fundar a chamada «Fracção de Esquerda», que se autodenominava Partido Comunista Internacionalista, de inspiração trozskista. Inicialmente, esta facção representava a maior fatia do partido, em contraste aberto com a linha nacional.

A intervenção do Centro foi inevitável: ela conduziu a um enfraquecimento da estrutura do partido: se, nos primeiros meses de 1944, o PCI de Salerno chegou a ter 11.000 membros, concentrados sobretudo no norte da cidade, definida como a «cidade vermelha», e 88 secções ativas, quando Pietro Amendola chegou, o número de membros tinha diminuído quase para a metade (cerca de 6.000) e já não havia mais de 65 secções (Marzillo, 2011).

O contributo de Pietro Amendola foi visível através da forma como lidou com a dissidência interna: não apenas clarificação ideológica, mas também demonização do adversário, sobrepondo questões éticas e pessoais a elementos políticos. A

função ideológica iniciou a caminhar em paralelo com a de tipo ético, segundo uma modalidade que se afirmará rapidamente, no PCI, nos anos seguintes. O advogado Ceriello, por exemplo, tinha explicado, numa intervenção junto a um jornal local, as razões da sua dissidência em relação à linha do PCI no *Mezzogiorno*: o esvaziamento de todo o conteúdo de classe foi a base da sua escolha, que pagou com a expulsão do partido (Ceriello, 1944).

Os métodos de Pietro Amendola foram inequívocos: ele retirou o cartão de adesão ao partido a todos os inscritos, para voltar a distribuí-lo com um critério tão rigoroso quanto seletivo e, em larga medida, subjetivo. Estas e outras decisões foram mal digeridas pelos membros do PCI em Salerno, assim Pietro Amendola, em 1945, foi chamado de volta a Roma para dar a sua contribuição na capital; e foi enviado outro comissário, o advogado Guido Martusciello. Mas a figura que realmente reestruturou a federação de Salerno foi um fiel do secretário da organização, Pietro Secchia: era este Michelino Rossi, que permaneceu como responsável da organização da federação de Salerno até 1953, ano em que, finalmente, a Direção central decidiu confiar o cargo de secretário a um quadro local, Gaetano Di Marino (Lucia, 2022).

O caso de Salerno é explicativo da forma como se desenvolvia a «intervenção a partir de cima», quando existiam as condições e os interesses para tal. O elemento mais importante foi a obsessão pela disciplina, uma vez que —como o próprio Pietro Amendola observou— só poucos dirigentes e militantes podiam compreender em profundidade as razões da linha de Togliatti, dado que «o resto dos camaradas, aqueles que não tinham a capacidade de fazer análises profundas, tinham suficiente respeito e estima pelos nossos dirigentes para partilhar a nossa firme posição ideológica» (Federazione di Salerno, 1945).

O que emergiu nos dois casos foi a prevalência da função de religião secular em comparação com a política, uma vez que ficava complicado explicar onde é que os camaradas maximalistas estavam errados. Numa circular intitulada *Moralidade e Atividades dos Membros do Partido*, podia-se ler o seguinte:

O membro do partido não é qualquer um, é um grande ou pequeno líder de acordo com a sua capacidade e, como tal, não se deve esquecer de dar o exemplo. Mas se lhe é exigida a mais clara lealdade para com todos os seus camaradas, o mesmo não se passa com os seus adversários.

A lealdade total ao partido se torna, aqui, a verdadeira marca existencial do comunista, que em vários casos desaguou (como aconteceu em Nápoles com Salvatore Cacciapuotì) numa armadura comportamental sombria e impenetrável (Federazione di Salerno, 1946).

O auge da intervenção de cima caracterizada num sentido disciplinar é atingido, nos primeiros meses do período aqui considerado, por Aladino Bibolotti, um quadro

de grande prestígio e entre os fundadores do partido em 1921, originário de Massa (Toscana). Na ocasião, Bibolotti, enviado a presidir a Conferência de organização da Federação de Cosenza, chegou a dizer: «Aqueles que se colocam em condição de criar divisões entre nós serão afastados [...]. Aqueles que estão entre nós para criar divisões estão errados. Que os episódios de Foggia e Salerno sirvam de lição [...]. Se há algum elemento *infiltrado entre nós*, é candidato ao *pelotão de fuzilamento*», deixando poucas dúvidas sobre a postura que o PCI central iria assumir em caso de defecções, críticas, divisões (Federazione di Cosenza, 1944b).

Ética e disciplina foram as ferramentas aplicadas nos casos acima relatados, e isso foi feito de forma sistemática. A nível central, com a instituição do departamento que, após o V Congresso de Roma, será responsável pelos «recursos humanos» — ou seja, pelo controlo também da vida privada dos expoentes comunistas —, o «Ufficio-quadri», dirigido primeiro por Cicalini e depois por Vaia (Dubla, 2001), a função de religião secular do partido tornou-se prevaiente com relação à função política.

Se as oscilações derivantes da adoção de diferentes funções moldaram a ação e a reorganização do PCI no *Mezzogiorno* ao longo do biénio 1944-1945, os impulsos provenientes das profundezas da sociedade meridional obrigaram o partido a desempenhar outras funções, que não andavam muito de acordo com a tradição e o modo de ser comunista.

Como já foi escrito, num território como a Calábria, por exemplo, era visível «a extraordinária capacidade dos microcosmos sociais da região, com as suas invariantes tramas existenciais, de modelar sobre si mesmos até o fascismo, que acabaria por aparecer engolfado com os seus rituais numa teatralização muito mais antiga da vida quotidiana» (Cappelli, 1985, p. 495).

De uma realidade caracterizada por relações de carácter individual, ou pelo «familismo», como viria a ser designado alguns anos mais tarde por sociólogos americanos (Banfield, 1958) e por antropólogos italianos (De Martino, 1959), surgiram pedidos e reivindicações de vária natureza direccionados ao PCI. E o partido teve dificuldades em lidar com tais situações que, mais uma vez, foram diversificadas e nada unívocas.

Uma primeira tipologia funcional foi identificada pelo próprio Togliatti quando, em 1944, num artigo publicado em «La Rinascita» falou de expectativa «messiânica» das populações meridionais (Togliatti, 1944b). A partir dela, o partido teve de desenvolver funções diversificadas, dentro do âmbito da função geral de tipo emancipatória ou de integração social.

A primeira de tais funções pode ser definida de tipo justicialista, e remete a uma relação direta e individual entre inscitos e quadros destacados do partido. Uma função que demonstra a inconsistência da organização a nível territorial no *Mezzogiorno*, induzindo quem denuncia a se dirigir aos níveis mais altos do partido. O Dr. Gaetano Fiore, cirurgião, resolveu denunciar os hábitos de difusas práticas corruptivas por parte do pessoal médico e de enfermagem —incluindo

uma freira, a Irmã Cecília— do Hospital Civil de Avellino onde ele trabalhava. Tais práticas eram feitas em detrimento dos doentes internados, que sofriam roubos contínuos por parte dos enfermeiros e dos médicos. Indignado com esta situação, e sem confiança com as autoridades locais —que todavia tinham recebido a queixa do médico, sem fornecer nenhuma resposta—, nem com os níveis territoriais do PCI, Fiore dirige-se «ao camarada Velio Spano». Spano foi erigido em porta-estandarte da proteção dos direitos humanos mais elementares —e dos cidadãos mais necessitados em particular— e, por conseguinte, o único interlocutor verdadeiramente credível para levar a cabo uma obra de justiça social. Escusado será sublinhar o tom desesperado e pessimista da carta, um documento de denúncia social e moral (Federazione di Avellino, 1944a). Na mesma carta —não por acaso dirigida também ao responsável para o processo de desfascistização, Adolfo Omodeo—, o Dr. Fiore recorda como as promessas, inicialmente, apontavam para uma descontinuidade entre o estado fascista e o estado pós-fascista; entretanto, na província de Avellino, o prefeito —na Itália o representante do Estado central em cada província— era um conhecido fascista, premiado com este prestigioso cargo, «depois da sua ingloria fuga no momento crucial» (Federazione di Avellino, 1944a).

O segundo caso representa as instâncias de justiça social provenientes de uma realidade rural, numa pequena aldeia perto de Benevento, Dugenta, na Campania. Aqui, a subjugação semifeudal secular que os trabalhadores agrícolas locais continuavam a sofrer encontrou eco na invocação dirigida, desta vez, diretamente a Togliatti. Com, mais uma vez, o assunto da continuidade com o estado fascista. A conclusão da carta é sintomática: «Mostramos-lhe», lê-se na carta, «em nome de todos os pobres trabalhadores que neste maldito país ainda temos de obedecer às ordens dos ex-fascistas [...]. Camarada, queremos justiça» (Federazione di Benevento, 1944).

Se a expectativa messiânica remete para uma ideia do PCI —sobretudo a nível central— como a única força capaz de representar as justas reivindicações dos honestos e oprimidos, uma segunda função que o PCI tem de desempenhar diz respeito às pressões assistencialistas e, em certos casos, clientelistas, a que o partido esteve constantemente exposto. Não é sempre fácil distinguir entre procura de mero assistencialismo do clientelismo; no entanto, parece haver uma linha de demarcação, a que o PCI também responde de forma em parte diversificada.

Os pedidos de natureza clientelista eram feitos por um indivíduo isolado com o único objetivo de subir na escala social, normalmente a nível profissional, ou mesmo utilizando instrumentalmente o partido. O PCI procurou resistir a estas pressões, embora com as necessárias estratégias de adaptação; as instâncias de assistência, pelo contrário, também podiam assumir a forma de reivindicações coletivas e, muitas vezes, deram origem a uma verdadeira teoria da intervenção por parte do partido, consciente de que, no Sul de Itália, um partido exclusivamente ideológico, ou ético, teria obtido muito pouco sucesso.

O PCI iniciou a tomar plena consciência das constantes tentativas oportunísticas de uso do partido quando começou a enviar inspetores para as várias federações meridionais. Ugo Bellezza, um dos primeiros a visitar as federações locais da Calabria, chegou a Santa Sofia d'Epiro (província de Cosenza), em 1944. No seu relato, é possível ler que «não havia verdadeiros elementos comunistas», e também «aqueles que se registaram fizeram-no exclusivamente por interesse pessoal e para poderem atingir os seus objetivos comerciais [...]; o ambiente era falso» (Federazione di Cosenza, 1944a), tal como o era em outras importantes federações, tais como Reggio Calabria, Benevento e Avellino.

Para além da tentativa de utilizar o partido para fins puramente pessoais, com inscrições de natureza instrumental, registava-se, entre 1944 e 1945, um verdadeiro bombardeamento de pedidos de cidadãos mais ou menos desesperados, invocando uma ajuda que, normalmente, se traduzia na procura de emprego. Sintomático é o caso de Ariano Irpino (Avellino), onde Nicola De Gruttolo, um jovem intelectual graduado em Direito,

escapado por milagre aos pregos alemães e pilhado pelos aldeões e agora para além da mais negra miséria», pedia «a ti que és o porta-voz de todos os nossos sofrimentos, o professor e amigo de todos os jovens que sofrem silenciosamente à mercê de um mundo infame [...] uma boa palavra para uma pequena obra que nos fará ver a luz de um amanhã menos triste. (Federazione di Avellino, 1944).

Significativa a resposta que a Direção enviou ao jovem: uma resposta negativa, sim, mas que evidenciava, por um lado, uma pressão tão acentuada dos cidadãos que o partido se viu obrigado a desinteressar-se, por «excesso de trabalho», dos casos considerados menos urgentes ou mais difíceis de resolver e, por outro lado, a vontade —em qualquer caso— de oferecer uma satisfação qualquer às instâncias do jovem camarada desempregado.

Na carta da direção a De Gruttolo lê-se, entre outras coisas: «Infelizmente, as vossas dificuldades são um reflexo e um elemento da situação muito difícil do país e as nossas forças não são suficientes para conseguir alojamento para as centenas e centenas dos nossos camaradas que merecem ajuda e que estão na vossa situação» (L'Ufficio Meridionale, 1944). A conclusão do caso resume-se num lacónico, mas igualmente interessante, convite da direção à Federação de Avellino —«Veja o que pode fazer»—, que testemunha a vontade da direção comunista de não descurar completamente o assunto, mas de o passar a quem —teoricamente— melhor o poderia tratar.

Casos semelhantes, talvez mais afortunados, povoaram o material documental consultado: como em Cosenza, onde o secretário Sarcone conseguiu colocar Marco De Simone que, depois de uma breve experiência no CEIM (Centro Econômico Italiano para o *Mezzogiorno*), encontrou emprego na CGIL, graças à intervenção de

Secchia, e onde Francesco Parise, «aproveitando o seu futuro parentesco com o camarada Gullo, criou para si uma posição privilegiada naquele gabinete, cometendo abusos» (Federazione di Cosenza, 1944a).

O problema com que o PCI se confrontou imediatamente foi o dos limites da sua função assistencial, sobretudo quando ela se aproximava abertamente do clientelismo. Uma resposta equilibrada foi dada por um dos quadros periféricos mais bem preparados do *Mezzogiorno*, Esposto, secretário da federação de Potenza, formado na escola do partido, que sintetizou perfeitamente o dilema:

Não dizemos que esta atividade não deva ser desenvolvida, muito pelo contrário: deve ser desenvolvida e até com entusiasmo, porque acaba por servir também para ligar as massas e, por vezes, pode servir também como meio de mobilização popular. Mas nós afirmamos que é um erro muito grave, um erro fatal para a nossa organização nas províncias levar a cabo apenas uma atividade deste tipo. Não podemos de forma alguma permitir que o nosso partido, ou melhor, uma das nossas secções, se torne apenas um gabinete de emprego, apenas um gabinete de triagem de correio, apenas um gabinete de factotum característico de uma aldeia. Este erro de uma gravidade política bastante preocupante deve ser combatido com todos os meios (Federazione di Potenza, 1946).

Esposto sublinhava com acuidade e firmeza a hierarquia dos objetivos a atingir e, entre estes, as formas assistencialistas e moderadas de clientelismo eram vistas como um meio para desenvolver a atividade principal, a conquista das massas populares e a sua doutrinação ideológica. Neste raciocínio estava implícita a grande concorrência do lado da frente moderada e da direita, de que aqui é impossível falar, com que o PCI devia-se confrontar no difícil terreno político do *Mezzogiorno*.

3. PARA UMA REORGANIZAÇÃO SISTEMÁTICA DO PARTIDO: O V CONGRESSO E SEUS IMPACTOS NO MEZZOGIORNO

Como acabámos de ver, os primeiros meses após a chegada de Togliatti a Itália representaram, para o partido no *Mezzogiorno*, uma antecipação das dificuldades que terá nas décadas seguintes. As intervenções «de cima» não foram homogêneas, embora a tendência em atuar com o punho de ferro em relação às dissidências internas, bem como aos oportunistas, ficaram evidentes desde os primeiros meses de 1944. Muito mais complexa, porém, era a questão das contínuas instâncias ligadas às condições materiais de existência, assim como de justiça social, das massas deserdadas do Sul, a que o PCI tinha dificuldade em responder, pelo menos singularmente. Uma dificuldade que se acentuou, como se verá mais a frente, com a saída dos comunistas do executivo nacional.

Como partido ideológico e de massa, o PCI procurou sair da intensa rede de pressões de vária natureza que tentámos ilustrar acima, para encontrar respostas mais sistemáticas e adequadas às suas características políticas. O ano de 1945 foi muito importante para a reorganização do partido, especialmente no sul, onde ainda tinha bases muito fracas. O V Congresso realizou-se entre o final de 1945 e o início de 1946, para preparar a primeira grande volta eleitoral de 1946. Um ano, este último, em que foi marcado o referendo institucional, mas também duas voltas de eleições municipais, antes e depois do referendo. Tais momentos deram a Togliatti e aos seus camaradas uma ideia clara da consistência eleitoral do PCI no sul da Itália.

O percurso rumo ao V Congresso iniciou-se com o II Conselho Nacional do PCI, realizado em Roma em abril de 1945. O evento pôs em evidência uma grande clivagem entre o norte e o sul do partido. Foi Togliatti o primeiro a fazer soar o alarme, afirmando que seria um grande problema se nos deparássemos com «um Norte democrático, antifascista e progressista e o resto do país ligado a posições antidemocráticas» (Togliatti, 1945, p. 126). Em suma, o sul também devia ser democratizado.

As ideias de Secchia e Di Vittorio não coincidiam com as do secretário: Secchia, em particular, acreditava que, no sul, o PCI não só era incapaz de liderar os movimentos de reivindicação rural, como também era incapaz de implementar as táticas «amplas» que Togliatti tinha sugerido.

O Comité Central, realizado alguns dias mais tarde, contou finalmente com a presença de importantes representantes das federações do sul. Estes expressaram os seus pontos de vista sobre uma situação que os mais altos dirigentes nacionais consideravam dramática, mas cujos contornos muitas vezes lhes escapavam. Quem abriu os debates foi Remo Scappini, um dirigente toscano que tinha liderado o CLN da Ligúria durante a Resistência, uma figura, portanto, respeitada por todos, e que, em 1950, será nomeado secretário da federação regional da Apúlia. Scappini acusou o partido de «nortismo», concluindo, a propósito da situação no sul de Itália, que «os nossos camaradas não têm nem de longe a visão do trabalho que algumas dezenas dos nossos camaradas são obrigados a fazer em condições extremamente difíceis, porque têm de ir falar com pessoas que têm facas e armas nas mãos» (Scappini, 1945). Domenico Ciufoli, que pouco depois seria nomeado secretário regional da Apúlia, cargo que exerceu até 1950, foi ainda mais longe: no seu discurso, ele defendeu uma estratégia reivindicativa mais agressiva no sul de Itália, tentando difundir com maior intensidade o modelo soviético de sociedade, saindo de posições «defensivas», apoiado neste seu posicionamento por um quadro nacional como Mario Alicata.

As reuniões preparatórias do V Congresso que tiveram lugar nas federações do sul dão uma imagem confusa e heterogénea do que era realmente ali o PCI. Por um lado, havia casos, como os de Avellino, em que reinava a maior intransigência: o secretário da federação local, Giordano Bruno, recusou qualquer colaboração com outras forças antifascistas, a ponto de obrigar os outros partidos, ainda em 1944, a criar dois CLN provinciais diferentes, dos quais o que ele considerava ilegí-

timo seria o único a ser reconhecido pelos Aliados; por outro lado, o secretário da federação de Bari, Antonio Di Donato, exprimiu-se de forma muito diferente com relação ao que deveria ser o «partido novo» desejado por Togliatti; na sua opinião, «não se pode exigir de todos os outros um passado imaculado», pelo que convinha abrir as portas a quem quisesse colaborar com o partido, independentemente de seu passado (Di Donato, 1944). A mesma atitude teve o secretário de Taranto, Latorre, que operava numa das poucas cidades do sul com uma classe operária presente e ativa, enquanto Di Vittorio (secretário da CGIL, na altura sindicato italiano unitário), no Congresso da Federação de Bari, em 1945, reiterou a importância da «questão moral» — presente desde o início da refundação do PCI —, em vez de se aprofundar em análises políticas que o teriam afastado da linha «democrática» de Togliatti e Amendola: «o comunista [...] deve lembrar-se sempre do seu dever de ser um modelo de moralidade para todos os outros trabalhadores», e é necessário que encontre «a maneira de ajudar o camarada ou o trabalhador que se encontra em piores condições do que os outros, que é objeto de um infortúnio, que se encontra em condições particulares de miséria, de fome ou de dificuldades» (Di Vittorio, 1945).

Assim, o sul apresentou-se ao V Congresso Nacional do partido com algumas federações já controladas pelo grupo dirigente nacional, mas com muitas deserções, oposições e sectarismos, como se dizia na altura. Quem se encarregaria de transformar a organização do PCI seria Secchia, que refletiria nos novos estatutos o conceito por ele formulado de «equipamento adequado», ou seja, um partido revolucionário com dois níveis organizativos: um explícito, público, de massas, e um restrito, secreto, de modo a cultivar ainda a ilusão de uma insurreição proletária armada adiada, mas nunca definitivamente arquivada (Secchia, 1946). Canfora falou, a este respeito, de uma verdadeira metamorfose do PCI, que passou de partido leninista a partido de massas, embora com aquela ambiguidade organizativa teorizada por Secchia, que serviu para manter o partido bastante unido, registrando apenas deserções numericamente não muito significativas dos grupos mais extremistas, como já vimos em alguns casos para as federações meridionais de Catanzaro, Nápoles e Salerno (Canfora, 2021; Giachetti, 2024). A palavra de ordem lançada foi «uma secção para cada campanário».

4. AS ELEIÇÕES DE 1946: O DESASTRE DO SUL E AS AMBIGUIDADES NA REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

As dificuldades surgidas nos dois primeiros anos após a saída do PCI da clandestinidade refletiram-se nos resultados eleitorais de 1946. O referendo institucional foi ganho pelos republicanos, mas os resultados do PCI no *Mezzogiorno* foram preocupantes.

Aqui, a vantagem dos monárquicos foi considerável, com picos de quase 80% no colégio eleitoral Nápoles-Caserta e mais de 75% no colégio Lecce-Brindisi-Taranto. Os resultados para a Assembleia Constituinte deram a maioria à DC (35,21%), um bom apuramento aos socialistas (20,68%) e um desempenho bastante decepcionante (18,93%) ao PCI.

Considerado individualmente, o PCI conseguiu 10,9% dos votos no *Mezzogiorno* continental, que, somado aos 10,0% dos socialistas e aos 1,7% dos acionistas, perfazia um total de esquerda de pouco mais de 22%. O pico de consenso alcançado pelo PCI concentrou-se nas cidades entre 100.000 e 250.000 habitantes (16,3%), com uma tendência ao aumento à medida que os centros cresciam, com exceção das metrópoles (Maione, 1986).

As eleições municipais de novembro de 1946 pareciam abrir perspectivas moderadamente optimistas. Aos êxitos de Turim, Florença e Génova, juntaram-se os do *Mezzogiorno* continental e insular. No entanto, Togliatti, na reunião do Comité Central de 19, 20 e 21 de novembro, salientou que era necessária uma grande prudência na avaliação dos dados eleitorais do Sul, ainda que moderadamente positivos. Na sua opinião, tratava-se aqui de iniciar «uma ação a mais longo prazo, porque é evidente que temos de remontar uma situação em que encontramos obstáculos que se acumularam, diria eu, ao longo dos séculos» (Togliatti, 1946).

As palavras amargas de Amendola sintetizaram as dificuldades que o PCI encontrava num território hostil como o do *Mezzogiorno*: preparando o regresso do *Mezzogiorno* à oposição, em proximidade da saída dos comunistas do governo nacional, Amendola escreveu:

Aqui, nesta grande desintegração social e política, cada passo fornecia novos elementos e ideias [...] havia, de cada vez, um sentimento de angústia, o medo de não conseguir estabelecer aquele contacto humano, indispensável, para operar uma compreensão mútua. Quando funcionava, era um milagre. (Amendola, 1946, p. 106).

Mas a transição do *Mezzogiorno* para a oposição² não foi devidamente preparada: em primeiro lugar, Togliatti perseguiu a ideia de que o PCI permaneceria de qualquer forma no governo, enquanto os cenários internacionais e nacionais sugeriam, desde o início de 1947, uma solução oposta. A reportagem de «l'Unità» do dia 20 de fevereiro de 1947 sobre o discurso de Togliatti junto à Assembleia Constituinte revelava esta convicção: a «unidade das forças democráticas e republicanas»

² A expressão «*Mezzogiorno all'opposizione*» («*Mezzogiorno* na oposição») é o título de um livro de Emilio Sereni, publicado em 1948, que pressupunha que todo o *Mezzogiorno* devia passar à oposição do novo governo italiano moderado, radicalizando a luta social. Amendola não concordava com este posicionamento, pois acreditava que dentro do mesmo *Mezzogiorno* havia forças reacionárias que contribuíam a impedir o seu desenvolvimento, e que o PCI devia denunciar e combater (Amendola, 2009).

devia ser preservada, pois «existe uma só maioria, que seja ela democrática, legítima e vital» (L'unità delle forze, 1947). Consequentemente, as correções à sua linha política foram mínimas, chegando ao ponto de assumir um possível «desgaste» da DC. As críticas internas tornaram-se cada vez mais acesas, sobretudo por parte de expoentes como Secchia e Di Vittorio.

Com base nos resultados de 2 de junho, Secchia considerava «necessário [...] dar uma fisionomia mais marcada e mais clara à nossa política», paralelamente ao trabalho de formação de quadros capazes e preparados, expulsando os elementos indesejáveis (Secchia, 1946). Fausto Gullo também se mostrou preocupado; embora não fosse um defensor de uma mudança da linha de Togliatti, estava, no entanto, inclinado a sugerir uma modulação diferente da mesma em relação ao sul: numa carta confidencial enviada ao secretário, Gullo insistia na conveniência de orientar a ação do PCI para a recuperação económica do sul, começando pela sua industrialização. Para alcançar o que deveria ter permanecido o objetivo principal do partido —a democratização do Sul— era, portanto, necessário, segundo Gullo, oferecer uma saída equilibrada entre objetivos institucionais e instâncias das massas (Gullo, 1946). Mais uma vez, as diferentes funções do PCI no *Mezzogiorno* colidiam: por um lado, os expoentes mais radicais, Secchia acima de tudo, insistiam para o desenvolvimento da função político-programática do partido, que trouxesse resultados concretos para as massas populares do sul; por outro, o grupo dirigente pautava para desenvolver uma função sim política, mas de tipo tático, em nome do desenho daquela democracia «progressiva», finalizada a criar alianças largas, mas frustrando grande parte das reivindicações sociais, sobretudo dos camponeses.

A resolução da direção sobre os resultados de 2 de junho não negava a política do secretário, mas marcava uma primeira tomada de consciência, clara e explícita, de uma certa insuficiência da ação do partido, sobretudo no sul. As zonas da Campânia e do sul da Apúlia eram apontadas como fracas, sem a ligação entre «as vanguardas operárias e agrícolas com os camponeses, com as classes da pequena burguesia rural e urbana e com as camadas mais pobres da população das cidades». Velio Spano, que se tinha oposto à entrada do PCI no governo de unidade nacional, criticou abertamente o secretário: «Pela primeira vez», observou ele, «um esclarecimento tão exaustivo e completo por parte do camarada Togliatti não me convenceu; parece-me que nem mesmo o camarada Togliatti, ao indicar-nos a forma como devemos aplicar a linha correta que nos traçou, foi capaz de nos dizer coisas novas, foi capaz de nos indicar, na atual situação do país, uma linha que se adapte eficazmente a esta situação». O tipo de política que devia ser conduzida seria, na opinião de Spano, «uma ação de massas mais enérgica», e ligada a deixar de ser «demasiado prisioneiro da política governamental» (Spano, 1946).

A linha que passou, no entanto, foi a de Togliatti, que interpretou os fracassos no *Mezzogiorno* não como o resultado de uma excessiva moderação comunista, mas como uma aplicação inadequada das indicações vindas do Centro.

Assim, com base na teoria da «carência», a palavra de ordem continuava a ser a «conquista do *Mezzogiorno* à república e à democracia», numa frente alargada «unindo as forças democráticas não só das classes pobres, mas também dos estratos intermédios das pequenas e médias classes urbanas e rurais, num grande bloco democrático» (Direzione Nazionale, 1946).

Para aplicar coerentemente as diretivas centrais, foi necessário substituir uma grande parte dos quadros locais do sul por outros mais bem preparados, vindos diretamente do Centro: uma operação da qual Secchia foi um intérprete fiel.

A nível público, a linha meridional do PCI foi defendida por Giorgio Amendola, num conhecido artigo na «*Rinascita*», no qual recordava a importância do contributo dos votos meridionais para o sucesso da causa republicana (Amendola, 1946). Anos mais tarde, o próprio Amendola confessou que o otimismo descrito «escondia o abismo de Nápoles, o abismo de Palermo, onde tivemos poucos votos [...]. Havia bairros onde não conseguíamos penetrar e nem falar» (Amendola, 1975).

O momento difícil da passagem do PCI de partido de governo a partido de oposição traduziu-se, no sul, em pelo menos três elementos: em primeiro lugar, sobretudo a nível local, na radicalização do conflito social; em segundo lugar, na continuação da política democrática e progressiva por parte de Amendola e do grupo dirigente do sul; finalmente, na reorganização do partido, com o envio dos «construtores», isto é, dos dirigentes nacionais em quem Amendola confiava absolutamente e que foram enviados para dirigir as federações em maior dificuldade e as mais «rebeldes». O exemplo mais marcante é o da Calábria, para onde é enviado um quadro do calibre de Mario Alicata, mas só em 1948, depois de célebres eleições que assistiram a mais uma derrota atroz do PCI (Ambrogio, 2021)

A radicalização das revoltas cavou uma certa distância entre as massas camponesas e o PCI. As primeiras pautavam ainda para uma função político-programática de cunho reivindicativo do partido, o segundo insistia mais para uma função de religião secular, embasada na fidelidade ideológica mais do que em questões de tipo programático. O exemplo mais sintomático foi a revolta de Caulónia, onde, em 6 de março de 1945, nasceu uma «república vermelha» independente, liderada pelo autarca comunista Pasquale Cavallaro. Alastrada a outras cidades vizinhas, a revolta foi reprimida em apenas cinco dias, mas resultou na morte do pároco da cidade, Don Gennaro Amato, em cujo julgamento, em 1947, foram condenados os executores materiais e o instigador. Após o julgamento, dezenas de camponeses foram espancados pelas forças da ordem, tendo quatro deles morrido na sequência de terríveis torturas (Teti, 2014). O PCI de Togliatti condenou veementemente, após algumas hesitações iniciais, esta iniciativa, que representava o símbolo extremo da necessidade de conduzir as massas, sem que estas pudessem tomar iniciativas consideradas precipitadas, intempestivas e prejudiciais para todo o movimento progressista do sul de Itália.

Os acontecimentos de Andria foram talvez ainda mais significativos para compreender a distância que separava o PCI de Togliatti das massas camponesas que, embora se declarassem comunistas, não encontravam um ponto de referência significativo na linha política do secretário. Em Andria, em março de 1946, eclodiu uma revolta armada, liderada por camponeses muito pobres inscritos ao PCI e à CGIL, que exigiam a justiça «messiânica» de que Togliatti também falara alguns anos antes. Cansados das respostas evasivas, um grupo numeroso destes operários organizou uma revolta armada, que levou à construção de barricadas, a um assalto ao quartel dos carabinieri e, finalmente, ao assassinato de duas das quatro irmãs Porro, que rezavam o terço em sua casa. Na ocasião, 130 pessoas foram julgadas, provocando a destruição do movimento comunista na cidade. O PCI atribuiu os acontecimentos a lutas internas do partido e do movimento operário, sem tentar compreender as razões profundas de tanta violência (Federação de Bari, 1946).

O *Mezzogiorno*, em suma, estava na oposição contra o governo central e as forças reacionárias do norte mesmo antes de o PCI ter deixado oficialmente o governo: os fatos que acabámos de referir, bem como os de Cosenza, onde em março de 1947 se verificou a ocupação de terras incultas por trabalhadores agrícolas e pequenos camponeses, para não falar do massacre de Portella della Ginestra na Sicília, demonstram claramente a entidade do conflito social em curso, a que o PCI respondeu com uma política genericamente democrática (Maione, 1986; Blando, 2022).

O segundo elemento da «transição» para a oposição dizia respeito ao trabalho geral de aprofundamento da linha democrática e progressiva». Giorgio Amendola foi o seu intérprete mais coerente, no sul, contribuindo assim para levar por diante as contradições que só explodiram em todo o seu clangor após a saída do PCI do governo. A linha «larga» traduziu-se na realização de iniciativas capazes de colocar o PCI em diálogo com os estratos considerados mais avançados da sociedade meridional, sem estar necessariamente ligado a uma visão social-comunista. Decidiu-se, então, revitalizar as atividades do CEIM (Centro económico italiano para o *Mezzogiorno*), criado oficialmente em 9 de julho de 1946, mas que não tinha arrancado. O CEIM era um centro de reflexão sobre o desenvolvimento do *Mezzogiorno*, fundado em Nápoles e do qual Amendola assumiu a vice-presidência, enquanto a presidência foi deixada a Giuseppe Paratore, advogado de Palermo e presidente do IRI (Istituto per la Ricostruzione Industriale), mais tarde presidente do Senado e membro de vários governos, além de ter sido nomeado senador vitalício em 1957. O CEIM realizou, embora por um curto período (cerca de 18 meses), importantes conferências sobre transportes, desenvolvimento urbano e outras questões de atualidade relativas a Nápoles e ao *Mezzogiorno*, e incluiu expoentes do empreendedorismo local, como Cenzato (que escreveu um livro de referência em 1946, juntamente com Guidotti, sobre a industrialização do *Mezzogiorno*), ou da «burguesia esclarecida», como Guido Dorso (Lepore, 2011).

No entanto, a forma como o PCI abordou o CEIM não foi satisfatória para as contrapartes: mais uma vez, a função política de tipo instrumental prevaleceu, neste caso sobre os concretos objetivos econômicos que o Centro devia perseguir para o desenvolvimento do *Mezzogiorno*. Gullo, por exemplo, resumiu o papel do CEIM em relação à política das duas vias. O CEIM era considerado um meio «utilitário» e instrumental para conquistar a simpatia das classes médias, mas estas compreenderam os seus objetivos e, paralelamente, fundaram aquela que viria a ser a organização mais influente para o desenvolvimento do *Mezzogiorno*, a SVIMEZ (Associação para o desenvolvimento da indústria no *Mezzogiorno*), da qual o Ministro da Indústria, o socialista Morandi, foi também um dos fundadores, juntamente com Pasquale Saraceno e outros keynesianos, como Beneduce, Menichella, Cenzato e Giordani (Galasso, 2006).

Por último, a reorganização interna, com base nos novos estatutos. Os «constructores» começaram a ser enviados para federações-chave ou para aquelas consideradas difíceis de gerir. Em alguns casos, a linha democrática e progressiva parecia ter conseguido conquistar alguns secretários locais. Por exemplo, De Andreis (secretário de Caserta) sugeriu o seguinte aos seus camaradas, tentando conciliar a «linha política democrática e progressista» e a nova forma de organização:

É necessário transformar o velho conceito de secção. Já não se trata apenas de um local onde alguns camaradas se reúnem para discutir assuntos do partido a sós, mas a secção deve ser uma espécie de casa do povo. Na secção devem ser organizadas todas as formas possíveis de assistência. Fazer com que os trabalhadores encontrem na secção a informação e a ajuda de que necessitam: esta é uma das tarefas que os secretários de secção devem sobretudo cumprir. (De Andreis, 1946).

Em Taranto, o secretário Latorre, depois de ter procedido a uma mudança radical no quadro de direção do partido —uma vez que o anterior se tinha revelado excessivamente ligado à tradição anarcossindicalista dos anos 20— conseguiu obter dos militantes uma adesão convicta à «democracia progressiva», preparando uma importante época de lutas operárias na cidade.

Este clima, no entanto, iria sofrer uma mudança significativa após a expulsão do PCI do governo, quando se tornou claro que o bloco conservador e reacionário tenderia a isolar cada vez mais o PCI. Em resposta, Amendola e a direção meridional continuaram a privilegiar uma linha democrática e progressista, entrando mesmo em conflito com os secretários, como De Andreis, em Caserta, que eram particularmente favoráveis à estratégia política delineada por Togliatti no Quinto Congresso, mas que nessa altura se revelava desfasada dos tempos.

5. A DIFÍCIL TRANSIÇÃO: ENTRE O MEZZOGIORNO NA OPOSIÇÃO E A FRENTE DEMOCRÁTICA MERIDIONALISTA

Atualmente, existem documentos internos que confirmam o quão aceso foi o debate no seio do PCI durante o período crucial da transição para a oposição.

A Conferência de Organização, fixada para o início de 1947 em Florença, foi o momento em que o PCI pôde fazer um balanço do ano eleitoral transato, assim como preparar-se para a iminente passagem à oposição. Era, portanto, necessário que o partido se dotasse de uma estrutura interna muito mais complexa do que nos primeiros anos do período aqui considerado, pois a saída dos social-comunistas do executivo deixava pressagiar tempos turbulentos e sombrios. E o *Mezzogiorno* iria assumir uma importância específica, a que o partido respondeu com a criação da Comissão meridional.

A nível organizativo, Secchia já tinha deixado claro, na Conferência de Organização de Florença, quais eram as condições do partido: o aumento do número de membros não tinha correspondido às expectativas, uma vez que não parecia estar ligado às lutas políticas. A «evolução desigual», para usar as palavras de Secchia, da filiação no PCI entre as duas partes do país explicava-se pelo fato de o centro-norte absorver 80% dos membros, deixando o sul e as ilhas com as migalhas (Conferência, 1947).

No que diz respeito ao *Mezzogiorno*, para além de intervir mais nos «quadros» das principais federações, criando também três comissões regionais (na Apúlia, na Campânia e na Calábria), a Conferência de Organização estabeleceu o nascimento da Comissão meridional, confiada inicialmente, e por um curto período, a Ruggero Grieco, depois a Giorgio Amendola, de que manteve a liderança até 1954 (Bussotti, 2003).

A transição para a oposição refletiu, no sul, duas posições muito diferentes: por um lado, Amendola e a recém-formada Comissão meridional, que tendiam a enfatizar a necessidade de repropor o sistema de alianças largas experimentado até então (função política); e, por outro, a aproximação dos secretários locais às reivindicações populares, cujas massas eram agora consideradas suficientemente maduras para serem orientadas para batalhas que já não eram de retaguarda, mas de conteúdo avançado.

No primeiro caso, a linha foi reiterada por um documento conjunto elaborado pela direção do partido e pela Comissão meridional. Nele se explicita que «O objetivo político da ação do Partido no *Mezzogiorno* continua a ser o da RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA DO MEZZOGIORNO», o que, taticamente, se traduziria por «levar o MEZZOGIORNO À OPOSIÇÃO: contra a política do governo negro do bloco agrário-industrial [...]; contra as forças e agrupamentos sociais e políticos, que gostariam de barrar o caminho às massas meridionais que lutam pela renovação democrática do *Mezzogiorno*» (Direzione Nazionale, 1947).

Em 16, 17 e 18 de abril de 1947, algumas semanas antes da saída oficial dos comunistas do executivo, várias vozes se levantaram para criticar a atitude excessivamente cautelosa de Togliatti de «esperar para ver». Emilio Sereni, por exemplo, salientou que as massas do sul estavam agora prontas para a transição para a oposição (Sereni, 1948). De regresso de um longo périplo por várias federações meridionais, Sereni salientou como o mundo camponês estava agora do lado do PCI, que devia estabelecer «objetivos para a luta no campo agrário»; nas cidades, pelo contrário, tal como no mundo industrial, o atraso continuava evidente: «Não damos vazão», reiterava Sereni, «a este potencial de classe das massas», com o risco, prosseguia Di Vittorio, «de que elas escapem ao controlo do partido». Uma circunstância que, como se viu acima, já tinha ocorrido em vários casos, com resultados desastrosos (Direzione Nazionale, 1947).

Togliatti, porém, não era dessa opinião: mesmo depois de ter deixado o executivo, o secretário comunista manteve a linha «democrática e progressiva» para o sul, levando alguns críticos a falar de uma «segunda viragem», depois da de Salerno. Uma viragem que pode ser atribuída precisamente a esta escolha «moderada», que privilegiou a componente institucional, ou seja, a permanência da delegação comunista na Assembleia Constituinte, separando as questões políticas das constitucionais, e não dando vazão às reivindicações mais radicais das massas populares do sul (Martini, 2023). O «vento do norte», evocado pelo secretário socialista Nenni foi, portanto, abafado no sul pela escolha de Togliatti de manter uma linha genericamente democrática, que acentuou a distância política entre as duas partes do país. No norte, as pressões de uma classe operária mais bem organizada e mais consciente da sua identidade de classe levou a violências que deixaram pensar à possibilidade de uma verdadeira insurreição da esquerda em Milão, em novembro de 1947, ou até de uma nova guerra civil (Bianchini, 2023). No *Mezzogiorno* o partido estava empenhado em iniciativas de teor completamente diferente, procurando ampliar a frente democrática e progressista, em consideração das condições objetivas acima apresentadas.

A Comissão meridional levou a cabo duas iniciativas paralelas. A primeira, relativa ao mundo rural, concretizou-se com a convocação da Assembleia Constituinte da Terra, na qual Grieco desempenhou um papel fundamental; a segunda, de âmbito mais alargado, no nascimento, em Pozzuoli, do Movimento per la Rinascita del *Mezzogiorno*.

A leitura dos movimentos de terra que o PCI tendeu a fazer, a partir do nascimento da Assembleia Constituinte da Terra, foi (Sereni, 1956) a passagem da *jacquerie* desorganizada para um movimento finalmente liderado por uma formação política capaz de traçar objetivos e dirigir as batalhas, que culminaria com as ocupações de terra em 1949. Na realidade, nem estas últimas foram todas dirigidas pelo PCI, nem as primeiras foram exclusivamente *jacquerie* desorganizada, identificando-se, quando muito, mais razões de continuidade do que de rutura entre as duas

hipotéticas fases (Rossi-Doria, 1976). E a Assembleia Constituinte da Terra não foi um grande sucesso.

O Movimento per la Rinascita del *Mezzogiorno* merece uma reflexão diferente. Terminada a experiência do CEIM, Amendola pôs-se a trabalhar com entusiasmo, pensando numa nova iniciativa «ampla», interclassista e democrática, embora privilegiando a relação com os socialistas, com os quais, nas eleições de 1948, o PCI formaria uma lista unitária, que se revelaria perdedora.

O Movimento per la Rinascita del *Mezzogiorno* foi oficialmente inaugurado em dezembro de 1947, com um congresso constitutivo em Pozzuoli. O objetivo principal era romper com o bloco conservador que dominava o sul, procurando trazer para o seio da Frente todas as forças democráticas e progressistas, chamadas, no documento final, «renovadoras» e a serem ligadas às vanguardas do norte (Manifesto, 1947). Depois de evocar todas as grandes questões que teriam de ser abordadas para o desenvolvimento do *Mezzogiorno*, incluindo a reforma agrária, a industrialização, a melhoria das condições sanitárias, as escolas, etc., o manifesto concluía com um apelo a uma «ação unida e concreta» (Manifesto, 1947).

O primeiro ano de atividade foi um fiasco: nenhuma iniciativa, depois da pomposa abertura de Pozzuoli, foi realizada em termos concretos, de tal modo que numa reunião conjunta do executivo da Frente e da Comissão meridional do PCI se tentou dar indicações para revitalizar o movimento. Entre as medidas, destaca-se a e tipo editorial, de um semanário a publicar em Nápoles, para a qual convergiram todos os presentes, desde Amendola, que a propôs, a Alicata e a Grieco. A ideia era estabelecer uma «ligação organizativa» mais sólida com as massas do sul, especialmente em regiões como a Apúlia, onde a oposição interna à linha «democrática e progressiva» era particularmente sentida (Frente del *Mezzogiorno*, 1948), e ainda mais depois de as duas edições de «La Voce» de Palermo e Bari terem cessado recentemente a sua publicação. Num clima de cerco, o editorial do primeiro número do novo jornal, «La Voce del *Mezzogiorno*» —com diretor Giorgio Amendola, co-diretor Mario Alicata e chefe de redação Nino Sansone— sublinhava a aliança permanente entre «os patrões», «o governo» e «o estrangeiro», reiterando a necessidade da «luta dos trabalhadores do Sul», da qual o jornal queria representar a voz unida (Amendola, 1948). Como já foi salientado, o jornal —até 1953, quando deu lugar ao mensal «Cronache Meridionali»— representou o principal meio de comunicação do PCI —e da Frente com os socialistas— para esclarecer a linha meridionalista do partido e de Togliatti, ainda «progressiva» e fortemente institucional (Masella, 1976; Bussotti, 2024). Uma linha, no entanto, que já na época era tachada por muitos de «oportunista», destinada a garantir que o Comité do Sul, e Amendola em particular, controlassem todo o Movimento per la Rinascita numa chave puramente eleitoralista (Raia, 2011), e usando os habituais métodos estalinistas (Staiano, 2016)

A um nível por vezes convergente, outras vezes paralelo, estavam as federações locais, para as quais a passagem do *Mezzogiorno* à oposição deveria ter sido mais

coerente e explícita. Explicativas, a este respeito, são as palavras de De Andreis, secretário de Caserta, por ocasião da Convenção dos Secretários de Secção, no final de 46:

Antes de 2 de junho —afirma— pregámos a calma e dissemos às massas trabalhadoras que todos os problemas deviam ser subordinados a um que era de importância nacional: a vitória republicana. É tempo, porém, de deixar de sufocar as reivindicações das massas trabalhadoras. Houve várias greves vitoriosas, uma nova concessão de terras incultas que é uma conquista dos camponeses: estes exemplos devem servir-nos de experiência. (Federação de Caserta, 1946).

Talvez a melhor síntese da transição do *Mezzogiorno* para a oposição possa ser resumida nas atas do executivo da federação de Potenza, onde transparece a nova harmonia do PCI com os seus militantes, após a mal compreendida temporada «democrática e progressiva». «A atenção dos camaradas que assistiram à exposição», diz a ata, «foi notável. Constataram que era a primeira vez que um relatório político era acompanhado de um extenso esclarecimento ideológico. O desejo expresso por todos é que tais reuniões se realizem frequentemente» (Comité Executivo, 1947).

Pela primeira vez, os rostos dos camponeses e dos operários do sul presentes exprimiam um interesse genuíno por palavras que iam finalmente ao encontro das suas reivindicações. Os dirigentes comunistas serviram-se desta massa popular e deste espírito justicialista para desencadear lutas que obtiveram alguns resultados significativos, quebrando o tradicional bloqueio agrário no sul, mas sem que os camponeses beneficiassem muito com isso. Pelo contrário, «foram forçados à migração bíblica dos anos 50» para Turim e Milão, decompondo definitivamente aquela frente rural em que o PCI tanto se tinha apoiado para desenvolver as suas batalhas no *Mezzogiorno* (Maione, 1986, p. 33).

6. CONCLUSÕES

Os três anos que se abriram com a chegada de Togliatti na Itália e o lançamento da «democracia progressiva» tiveram, como sua conclusão política, a saída dos comunistas do governo, em 1947. Toda a estratégia que o secretário comunista tinha elaborado teve de ser repensada, pois ela assentava num pilar fundamental: a permanência do PCI no governo de unidade nacional. Como este estudo procurou demonstrar, o *Mezzogiorno* seguiu um percurso bastante diferente com relação ao resto da política italiana. Suas condições sociais, culturais, políticas eram incomparáveis diante de um centro-norte que tinha feito uma dura e longa guerra de libertação e que se estava aproximando a se tornar uma das regiões mais avançadas da Europa.

A estratégia dos comunistas se deparou com condições objetivas difíceis, e com uma organização prévia do partido quase que inexistente. Togliatti tinha claro os limites da ação comunista neste território e num mundo que estava para entrar a passos largos na guerra fria, cuja consequência imediata foi, na Itália, a saída dos comunistas do executivo. Uma saída que custou votos e inscritos ao PCI no *Mezzogiorno*, em razão do fato de as massas populares que aqui viviam entenderem que as funções principais que os novos partidos de massa deviam desenvolver eram as de integração social mais do que de ação política coletiva ou até de clarificação ideológica.

O «partido novo» se deparou, portanto, com um dilema a que respondeu com ambiguidade: por um lado, não podia se transformar num Catch-All-Party, como, na prática, fez a DC no sul; por outro lado, também não podia se arriscar em quebrar aquela unidade interna que, segundo Togliatti, representava o bem supremo para os comunistas italianos. Assim, o PCI resolveu privilegiar a única função capaz de compactar membros do sul, do centro e do norte, tornando-a característica distintiva dos comunistas italianos ao longo de toda a vida do partido: a função de religião secular, mediante formação ideológica e ética contínua, sem com isso negligenciar de lidar com as questões programáticas que a realidade objetiva apresentava. Tal estratégia iniciou a ser implementada no *Mezzogiorno* desde a viragem de Salerno.

O resultado foi diversificado. Em termos eleitorais, o PCI perdeu uma enorme oportunidade para se ligar às massas meridionais, quer no campo, quer nas cidades, uma vez que a aposta na função de religião secular fez com que o seu apoio às lutas de classe, principalmente por parte dos camponeses, fosse modesto. Este início marcou uma enorme desconfiança entre o PCI e as massas meridionais, determinando em larga medida, o longo percurso dos partidos progressistas no *Mezzogiorno*, caracterizado por contínuas derrotas e constantes incompreensões. Em termos internos, e numa perspectiva nacional, esta escolha aproximou o tipo de cultura política dos quadros do sul com os do Centro e do norte, transmitindo, portanto, a ideia de uma identidade comunista clara e visível, baseada na honestidade e retitude moral. Uma imagem que levou os comunistas a serem considerados como membros estimados da sociedade em que viviam a atuavam, mas pouco flexíveis, e ainda menos funcionais, para solucionar as várias problemáticas que afligiam as massas meridionais e seus jovens. Ainda internamente, a escolha de cortar tudo aquilo que estava à esquerda do PCI —como se procurou mostrar aqui com os casos de Catanzaro e Salerno— fez com que o partido de Togliatti tivesse terreno livre, sem se preocupar muito com pequenos grupúsculos herdeiros do pensamento de Trozsky e, no caso italiano, de Bordiga, inclusivamente marginalizando figuras históricas, tais como Secchia ou Scoccimarro, que nunca expressaram profunda convicção da linha «democrática e progressiva» do «partido novo», sobretudo depois da saída dos comunistas do governo. Tal opção foi uma consequência de querer fortalecer o laço de ferro com Moscovo, dando ao PCI uma identidade política de tipo internacional

muito bem definida, que sobretudo no sul abafou as potencialidades reivindicativas das massas populares. Finalmente, em termos meramente políticos, a acentuação da função de religião secular determinou vários posicionamentos que levaram o PCI a ficar de fora dos grandes processos de desenvolvimento do *Mezzogiorno*. Logo a seguir à época que foi aqui tratada, por exemplo, os comunistas —Amendola em primeiro lugar— desencadearam uma luta sem quartel contra a intervenção extraordinária para o *Mezzogiorno* —mediante a «Cassa per il *Mezzogiorno*»—. Isso significou que o PCI se posicionou de fato, contra o processo de industrialização do sul, cujas bases foram lançadas justamente no fim do período aqui estudado, quando aquela frente empresarial e genericamente democrática com quem o PCI queria dialogar resolveu sair do CEIM para fundar a SVIMEZ.

O PCI levou muito tempo para sair do isolamento iniciado em razão das escolhas feitas no período 1944-47 no sul da Itália: será apenas com a secretaria de Enrico Berlinguer, na década de 1970, que o *Mezzogiorno* irá recuperar uma certa sintonia com o PCI, como demonstram as vitórias eleitorais sobretudo nas grandes cidades no momento de maior consenso dos comunistas a nível nacional. Neste caso, a acentuação da função de religião secular, particularmente da «questão moral», jogou, pelo menos por um curto período de tempo, em favor dos comunistas. Diante da degeneração do sistema de poder da DC e da direita meridional, que estava se tornando insuportável para gerações mais jovens que almejavam sair de práticas de corrupção, mentalidade clientelista e graves infiltrações mafiosas, a única referência possível era o PCI de Enrico Berlinguer. Mas esta é uma história que vai muito além do que se pretendeu abordar neste estudo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agosti, A. (1996). *Palmiro Togliatti*. Torino: UTET.

Allum, P. A. (1975). *Potere e società a Napoli nel dopoguerra*. Torino: Einaudi.

Ambrogio, F. (2021). La costruzione del «Partito nuovo» in Calabria, 1943-1953. *Rivista calabrese di storia del '900*, 2, pp. 141-173. Consultado em 10/11/2024 de <https://www.icsaicstoria.it/wp-content/uploads/2022/03/141-173.pdf>

Amendola, G. (1946). Prime considerazioni sulle elezioni del Mezzogiorno. *Rinascita*, 5/6.

Amendola, P. (1944). *Relazione*. FIG, APC, Regioni e Province, mic 90, pp. 1790-1804.

Amendola, G. (1948, 27/11). Continuità. *La Voce del Mezzogiorno*, I(1). Napoli.

- Amendola, G. (1973). *Lettere a Milano*. Roma: Editori Riuniti.
- Amendola, G. (1975). Intervento. Em F. De Felice (org.), *Togliatti e il Mezzogiorno* (vol. I, pp. 353-370). Roma: Editori Riuniti.
- Amendola, G. (2009). *Gli anni della Repubblica (1945-1980)*. Torino: Cerabona.
- Banfield, E. (1958). *The Moral Basis of a Backward Society*. New York: Free Press.
- Barbagallo, F. (1985). Il PCI, i ceti medi e la democrazia nel Mezzogiorno (1943-1947). *Studi storici*, 26(3), pp. 523-544.
- Barbagallo, F. (2014). Di Vittorio, la CGIL, il PCI tra Piano del Lavoro e Cassa per il Mezzogiorno. *Studi storici*, 55(4), pp. 801-818.
- Barbagallo, F. (2020). Mezzogiorno e meridionalismo. *Studi storici*, 61(2), pp. 503-515. Consultado em 03/10/2024 de http://old.carocci.it/files/riviste/digitali/16_Barbagallo.pdf
- Barresi, V. (1983). *Il ministro dei contadini: la vita di Fausto Gullo come storia del rapporto fra intellettuali e classi rurali*. Milano: Angeli.
- Bevilacqua, P. (1980). Dopoguerra, campagna, Mezzogiorno. *Studi storici*, 21(4), pp. 797-818.
- Bianchini, L. (2023, 11/12). 1947: l'Italia sull'orlo della guerra civile. *Fatti per la storia*. Consultado em 28/09/2024 de <https://www.fattiperlastoria.it/1947-dopoguerra-in-italia/#:~:text=1947:%20l'Italia%20sull'orlo%20della%20guerra%20civile.%20Il%201947%20rappresenta%20forse>
- Blando, A. (2022). Portella della Ginestra: gli apparati di sicurezza e la banda Giuliano. Em T. Baris, M. Patti (orgs.), *La strage di Portella della Ginestra tra storia e memoria* (pp. 13-33). Palermo: Istituto Poligrafico Europeo.
- Borges Machado, M., Del Roio, M. (2023). Amadeo Bordiga. Apogeu e declínio de um dirigente comunista. *Aurora*, 16(1), pp. 79-98. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2023.v16.n1.p79-98>
- Broder, D. (2021). *The Rebirth of Italian Communism, 1943-44*. Cham: Palgrave Macmillan.

- Bussotti, L. (2003). *Studi sul Mezzogiorno repubblicano*. Soveria Mannelli: Rubbettino.
- Bussotti, L. (2024). A luta pela hegemonia cultural do Partido Comunista Italiano no Mezzogiorno. O caso de «Cronache Meridionali» (1954-1964). *Presente y Pasado*, 29(57), pp. 41-71. <https://doi.org/10.53766/PREPAS/2024.29-57.03>
- Canfora, L. (2021). *La metamorfosi*. Roma-Bari: Laterza.
- Cappelli, V. (1985). Politica e politici. Em P. Bevilacqua, A. Placanica (orgs.), *Storia d'Italia. Le regioni dall'Unità a oggi. La Calabria* (pp. 493-584). Torino: Einaudi.
- Ceriello, I. (1944, 14/10). Le ragioni del dissenso. *Alba repubblicana*.
- Chiarotto, F. (2011). *Operazione Gramsci. Alla conquista degli intellettuali nell'Italia del dopoguerra*. Milano: Bruno Mondadori.
- Chiarotto, F. (2021). Il «partito nuovo» di Togliatti (1944-1964). *Rivista di Studi Politici*, 1, pp. 45-66.
- Colarizi, S. (2006). *Storia politica della Repubblica (1943-2006)*. Roma-Bari: Laterza.
- Comitato Esecutivo della Federazione di Potenza (1947). *Verbali della riunione*, 10/07/1947. APC, in AIG, Roma, documento nr 143 1218/1220
- Conferenza di Organizzazione del PCI, Firenze, 6/1/1947. *Verbali*. APC, in AIG, Roma, sem número de documento
- Coscarella, L., Palma, P. (orgs.). (2022). *Il PCI, la Calabria e il Mezzogiorno*. Cosenza: Pellegrini.
- Cospito, G. (2011). Verso l'edizione critica e integrale dei «Quaderni del carcere». *Studi storici*, 4, pp. 881-904.
- D'Agostino, G. (2020). Il voto di Napoli fra le grandi città nell'era di Valenzi. In: G.Chianese (Org.), *Napoli e la giunta rossa*. Milano: Mimesis, pp. 167-172.
- Daniele, C. (2005). *Togliatti editore di Gramsci*. Roma: Carocci.

- De Andreis, N. (1946). *Relazione al Secondo Convegno Provinciale dei Segretari di Sezione*. Caserta, 16/12/1946. APC, in AIG, Federazione di Caserta, documento nr. 114 383/393
- De Feo, I. (1974). *3 anni con Togliatti*. Milano: Mursia.
- Delegazione per l'Italia meridionale (1944). *Alla federazione di Catanzaro*. Napoli, 10 maggio 1944. APC, in AIG, documento sem número.
- De Marco, C. (1971). La costruzione della confederazione generale del lavoro e la scissione di «Montesanto». *Giovane Critica*, 27, pp. 52-74.
- De Martino, E. (1959). *Sud e magia*. Milano: Feltrinelli.
- De Simone, D. (1944). *Al compagno Paolo Tedeschi, Delegazione del P.C.I. per l'Italia meridionale, Napoli*, firmato Dante De Simone, 8/5/1944. APC, in AIG, sem número de documento.
- Di Donato, A. (1944). *Intervento al I Congresso Provinciale di Bari*. Bari, 17/01/1944. APC, Federazione di Bari, in AIG, 1944.
- Di Loreto, P. (1991). *Togliatti e la «doppiezza»*. Bologna: Il Mulino.
- Direzione del PCI – La Sezione Organizzazione. *Alla Federazione comunista di Catanzaro*, 14/3/1946. APC, in AIG, documento sem número
- Direzione Nazionale del PCI. I risultati della consultazione popolare del 2 giugno e i compiti dei comunisti, Roma, 19 luglio 1946. Em R. Martinelli, M. L. Righi (orgs.) (1992). *La politica del Partito comunista italiano nel periodo costituente* (pp. 583-593). Roma: Editori Riuniti.
- Direzione Nazionale del PCI. *Verballi*. APC, in AIG, Roma, sem número de documento
- Direzione Nazionale del PCI e Commissione meridionale. (1948). *Sul lavoro meridionale del partito*, Roma, 1/12/1947. In: PCI, *La politica dei comunisti dal V al VI Congresso* (pp. 387-397). Roma: Editori Riuniti.
- Di Vittorio, G. (1945). *Intervento al Congresso provinciale di Bari*, Bari, 19-21/10/1945. APC, in AIG, Federazione di Bari, documento nr. 091 42/227.

- Dubla, F. (2001). Il partito della «rinascita»: per ogni campanile una sezione comunista. *Lavoro politico*. Consultado em 13/08/2024 de <http://lavoropolitico.it/gramscisec.htm>
- Duverger, M. (1980). Partiti politici. *Enciclopedia del Novecento Treccani*. Consultado em 12/02/2025 de [https://www.treccani.it/enciclopedia/partiti-politici_\(Enciclopedia-del-Novecento\)/](https://www.treccani.it/enciclopedia/partiti-politici_(Enciclopedia-del-Novecento)/)
- Esposto, N. (1946). *Intervento alla Prima Conferenza di Organizzazione*. APC, in AIG, Federazione di Potenza, documento nr. 114 563/597.
- Federazione di Avellino (1944a). A S.E. il Ministro della Giustizia. A S.E, il ministro degli Interni. A S.E. Adolfo Omodeo – Presidente per la Commissione per la Defascistizzazione. Al Signor Colonnello Charles POLETTI – per conoscenza al compagno Velio Spano – per conoscenza. Lettera firmata Dott. Gaetano Fiore di Salvatore, Avellino. APC, in AIG, documento número 062 1827/1929.
- Federazione di Avellino (1944b). *Compagno Reale. Lettera autografa, firmata Nicola De Gruttolo, 23/08/1944, Ariano Irpino*. APC, in AIG, documento número 062 1889.
- Federazione di Bari (1946). *Relazione sulla situazione di Andria*. APC, in AIG, documento sem número.
- Federazione di Benevento (1944). *Al compagno Palmiro Togliatti, Roma*. Lettera firmata Nicola Barletta, Giovanni Jannotti, Tommasi Remi. Benevento, settembre 1944. APC, in AIG, sem número de documento.
- Federazione di Caserta (1946). *Alla Direzione del PCI, Roma, 14/10/1946*. APC, in AIG, documento nr. 114 358/366.
- Federazione di Catanzaro (1944a). *Lettera indirizzata al P.C.I., Delegazione per l'Italia meridionale, Napoli, 10/03/1944*. APC, in AIG, sem número de documento.
- Federazione di Catanzaro (1944b). *Carissimo Spano*. Lettera firmata Paolo Suraci, Catanzaro, 11/6/1944. APC, in AIG, sem número de documento.
- Federazione di Catanzaro (1944c). *Dichiarazioni fatte dal comp. Studente in Filosofia – Nicola Vaccaro, alla presenza dei comp. Fedeli e Andretti, Catanzaro, 8/9/1944*. APC, in AIG, sem número de documento.

Federazione di Catanzaro (1945). *Situazione sindacale della Provincia di Catanzaro*. Aprile 1945. APC, in AIG, documento sem número.

Federazione di Cosenza (1944a). *Visite ed ispezioni di Ugo Bellezza alle sezioni del PCI della Federazione di Cosenza, ago-set-ott. 1944*. APC, in AIG, documento número 063 452/480.

Federazione di Cosenza (1944b). *Conferenza di Organizzazione, 20/10/1944*. APC, in AIG, documento número 063 415/451.

Federazione di Cosenza (1946). *Rapporto del Segretario Federale*. II Conferenza di Organizzazione, 7/9/1946.

Federazione di Potenza (1946). *Verbali della Prima Conferenza di Organizzazione, ottobre 1946*. APC, in AIG, documento número 114 563/597.

Federazione di Salerno (1944). *Primo Congresso Provinciale, 27-28 agosto 1944*. APC, in AIG, documento número 2125/2138.

Federazione di Salerno (1945). *Verbale della Conferenza di Organizzazione, 12-13 gennaio 1945*. APC, in AIG, documento número 090 1784/1806.

Federazione di Salerno (1946). *Circolare di organizzazione*. APC, in AIG, documento número 062 2200/2203.

Flores, M., Gallerano, N. (1992). *Sul PCI. Un'interpretazione storica*. Bologna: Il Mulino.

Fronte del Mezzogiorno. *Verbale dell'Esecutivo, 14/10/1948*. APC, in AIG, sem número de documento.

Galasso, G. (2006). SVIMEZ, Mezzogiorno, un sessantennio di storia italiana. *Rivista economica del Mezzogiorno*, XX, n. 3-4, pp. 423-444.

Giachetti, D. (2024). I trozkisti e il PCI. Em G. Mostrolillo, M. Labey (orgs.), *Altri comunismi italiani. Dissidenze e alternative al PCI da Livorno al Sessantotto* (pp. 161-186). Torino: Accademia University Press.

Gramsci, A. (1930). *Alcuni temi della quistione meridionale*. Lo Stato Operaio. Consultado em 11/02/2025 de <https://gramsci.objectis.net/gramsci/writings/>

[gramscis-writings-italian/pre-prison-writings-texts/1922-1926/alcuni-temi-della-quistione-meridionale](#)

Gullo, F. (1946). Lettera manoscritta di Fausto Gullo a Palmiro Togliatti, 23/06/1946. Em R. Martinelli, M. L. Righi (orgs.) (1992), *La politica del Partito comunista italiano nel periodo costituente* (pp. 580-583). Roma: Editori Riuniti.

Höbel, A. (2015, 03/10). L'intellettuale collettivo. Da Gramsci al mondo attuale. *Marx21*. Consultado em 24/09/2024 de <https://www.marx21.it/storia-teoria-e-scienza/marxismo/lintellettuale-collettivo-da-gramsci-al-mondo-attuale/#:~:text=di%20Alexander%20Höbel1.%20La%20riflessione%20di%20Gramsci%20negli%20scritti%20politiciQuello>

Imbriani, A. M. (1996). *Vento del Sud. Moderati, reazionari, qualunquisti (1943-1948)*. Bologna: Il Mulino.

Kirkheimer, O. (1969). *Politics, Law and Social Change. Selected Essays of Otto Kirkheimer*. New York: Columbia University Press.

Lepore, A. (2011). Il meridionalismo di Giorgio Amendola. Em G. Cerchia (org.), *La famiglia Amendola. Una scelta di vita per l'Italia* (pp. 211-235). Torino: Cerabone.

Liguori, G. (2012). *Gramsci conteso. Interpretazioni, dibattiti e polemiche 1922-2012*. Roma: Editori Riuniti.

Lucia, P. (2022, 17/01). Secondo dopoguerra a Salerno: fatti, vicende, personaggi, protagonisti dell'organizzazione operaia. *Memoria in movimento*. Consultado em 30/06/2024 de <https://www.memoriainmovimento.org/secondo-dopoguerra-salerno-fatti-vicende-personaggi-protagonisti-dell-organizzazione-operaia#:~:text=Pietro%20Amendola%20era%20stato%20inviato%20a%20Salerno%20dalla%20Direzione%20del>

L'Ufficio Meridionale del PCI (1944). *Lettera del 29 agosto 1944, indirizzata alla Federazione di Avellino*. APC, in AIG, documento número 062 1890 e 062 1890 I.

L'unità delle forze democratiche e repubblicane è il canovaccio su cui deve essere tessuta la nuova politica italiana (1947, 20/02). *L'Unità*. Consultado em 14/02/2025 de https://archivio.unita.news/assets/derived/1947/02/20/issue_full.pdf

- Lupo, S. (1981). Mezzogiorno e questione contadina. *Italia contemporanea*, 142, pp. 21-30.
- Lussana, F. (1994). La politica agraria comunista e la questione meridionale nel 1924-26. *Studi storici*, 35(2), pp. 543-563.
- Magella Neres, G. (2012). *Gramsci e o «moderno príncipe»*. São Paulo: UNESP.
- Maione, G. (1986). Mezzogiorno, 1946-1950. Partito comunista e movimento contadino. *Italia contemporanea*, 163, pp. 31-63.
- Manifesto del Congresso Democratico del Mezzogiorno, Pozzuoli (1947). Em Amendola, G. (1947). Il Balzo nel Mezzogiorno (1943-1953). *Critica marxista*, quaderno 5, 1972.
- Martinelli, R. (1990). Il «partito nuovo» e la preparazione del V Congresso. Appunti sulla rifondazione del PCI. *Studi storici*, 31(1), pp. 27-51.
- Martini, F. (2023, 27/12). La Costituzione condivisa. *La Stampa*. Consultado em 28/09/2024 de https://www.lastampa.it/politica/2023/12/27/news/la_costituzione_condivisa-13956740/#google_vignette
- Marx, K. (1974). *Il 18 Brumaio di Luigi Bonaparte*. Roma: Editori Riuniti.
- PCI (1946). *Statuto del Partito Comunista Italiano*. Roma: PCI.
- Masella, L. (1976). Appunti su «La Voce del Mezzogiorno» 1948-1953. Em F. De Felice (org.), *Togliatti e il Mezzogiorno* (pp. 159-172). Roma: Editori Riuniti.
- Masella, L. (2002). Antifascismo e anticomunismo nel Mezzogiorno repubblicano. *Italia contemporanea*, 228, pp. 489-506.
- Montalbano, G. (2012). La repressione del movimento contadino in Sicilia (1944-1950). *Diacronie*, 12(4), pp. 1-19. <https://doi.org/10.4000/diacronie.2556>
- Mordenti, R. (2011). *Gramsci e la rivoluzione necessaria*. Roma: Editori Riuniti.
- Narinskji, M., Romano, A. (1994). Togliatti, Stalin e la svolta di Salerno. *Studi storici*, 35(3), pp. 657-666.
- Oliva, G. (2016). *Gli ultimi giorni della monarchia*. Milano: Mondadori.

- Paggi, L. (1984). *Le strategie del potere in Gramsci. Tra fascismo e socialismo in un solo paese 1923-1926*. Roma: Editori Riuniti.
- Raia, C. (2011). Amendola e il socialismo meridionale. Em G. Cerchia (org.), *La famiglia Amendola. Una scelta di vita per l'Italia* (pp. 197-200). Torino: Cerabone.
- Romeo, D. (2016). Repubblica o Monarchia: il Referendum del 2 giugno 1946 in Calabria. *Rivista Calabrese di Storia del '900*, 1, pp. 33-50.
- Rossi-Doria, A. (1976). Appunti sulla politica agraria del movimento operaio nel secondo dopoguerra: il dibattito sui coltivatori diretti. *Italia contemporanea*, 123, pp. 69-113.
- Rossi-Doria, A. (1983). *Il ministro e i contadini: decreti Gullo e lotte nel Mezzogiorno, 1944-1949*. Roma: Bulzoni.
- Santomassimo, G. (2013). Togliatti verso la Costituzione. Il partito di massa e la democrazia progressiva. *Relazione al convegno su Togliatti e la Costituzione organizzato da Futura Umanità*. Roma, 8/11/2013. Consultado em 03/09/2024 de https://www.academia.edu/33117436/TOGLIATTI_VERSO_LA_COSTITUZIONE_IL_PARTITO_DI_MASSA_E_LA_DEMOCRAZIA_PROGRESSIVA
- Scappini, R. (1945). Intervento al Consiglio Nazionale del PCI, Roma. Em F. Ambrogio (2022), La costruzione del «Partito nuovo» in Calabria, 1943-1953. *Rivista calabrese di storia del '900*, 2, pp. 141-173. Consultado em 03/09/2024 de <https://www.icsaicstoria.it/wp-content/uploads/2022/03/141-173.pdf>
- Secchia, P. (1946). Intervento alla riunione della direzione del partito (21 giugno 1946). Em R. Martinelli, M. L. Righi (orgs.) (1992). *La politica del Partito comunista italiano nel periodo costituente* (pp. 568-579). Roma: Editori Riuniti.
- Sereni, E. (1948). *Mezzogiorno all'opposizione*. Torino: Einaudi.
- Sereni, E. (1956). La lotta per la conquista della terra nel Mezzogiorno. *Cronache Meridionali*, 3(1-2), pp. 4-22.
- Solano, C. (2020). Il metodo di Lenin nella costruzione del partito rivoluzionario. *L'Ordine Nuovo*. Consultado em 27/09/2024 de <https://www.lordinenuovo.it/2020/04/21/il-metodo-di-lenin-nella-costruzione-del-partito-rivoluzionario/#:~:text=La%20polemica%20di%20Lenin%20contro%20gli%20economisti,%20che%20si%20adagiano>

- Spano, V. (1945). Intervento al V Congresso del PCI. En F. Ambrogio (2022), *La costruzione del «Partito nuovo» in Calabria, 1943-1953. Rivista calabrese di storia del '900*, 2, pp. 141-173. Consultado em 20/08/2024 de <https://www.icsaicstoria.it/wp-content/uploads/2022/03/141-173.pdf>
- Spriano, P. (1975). *Storia del Partito comunista italiano. La Resistenza. Togliatti e il partito nuovo*, vol. 5. Torino: Einaudi.
- Staiano, M. (2016, 19/01). Mistero napoletano. *Pensieroplurimo*. Consultado em 27/09/2024 de [https://pensieroplurimo.wordpress.com/2016/01/19/mistero-napoletano/#:~:text=Mistero%20napoletano%20\(di%20Marco%20Staiano\)%20Quando%20Ermanno%20Rea%20oritornò%20a](https://pensieroplurimo.wordpress.com/2016/01/19/mistero-napoletano/#:~:text=Mistero%20napoletano%20(di%20Marco%20Staiano)%20Quando%20Ermanno%20Rea%20oritornò%20a)
- Tarrow, S. (1967). *Peasant communism in Southern Italy*. New Haven: Yale University Press.
- Teti, V. (2014, 17/06). La «Repubblica rossa» di Caulonia. *L'altracalabria*. Consultado em 28/09/2024 de <https://l'altracalabria1.wordpress.com/2014/06/17/la-repubblica-rossa-di-caulonia/#:~:text=La%20%20Repubblica%20orossa%20di%20Caulonia.%2017/06/2014%20Uncategorized.%20di%20Vito%20Teti>
- Togliatti, P. (1944a). Per la libertà d'Italia, per la creazione di un vero regime democratico. Discorso al Teatro Brancaccio, Roma, 09/07/1977. Em P. Togliatti, *Opere*, vol. III (1940-1947) (pp. 76-78). Roma: Editori Riuniti, 1967.
- Togliatti, P. (1944b, junho). Per il risanamento del Mezzogiorno. *La Rinascita*.
- Togliatti, P. (1945a). I problemi economici. Discorso al Convegno economico del PCI, Roma, 23/08/1945. Em Togliatti, P., *Opere*, 1944-1955 (pp. 166-170). Roma: Editori Riuniti.
- Togliatti, P. (1945b). Discorso pronunciato al II Consiglio Nazionale del PCI, Roma, 07/04/1945. Em P. Togliatti, *Opere*, vol. 5, pp. 64-106. Roma: Editori Riuniti.
- Togliatti, P. (1946). *Relazione al Comitato Centrale*, Roma, 19-20-21/11/1946. APC, in AIG, Roma.
- Vacca, G. (1994). *Togliatti sconosciuto*. Roma: L'Unità.
- Weber, M. (1978). *Economy and Society*, vol. I. Berkley and Los Angeles: University of California Press.

